



XENOFOBIA

Brasileira é espancada nos EUA

'Volta para o seu país', disse agressora, que foi presa mas pagou fiança

PARA
ACESSAR
APONTE
O CELULAR
PARA
O QR CODE

PRAZO INCERTO

MEC deve suspender cronograma de implementação do novo ensino médio

PAULA FERREIRA
paula.ferreira@infoglobo.com.br
BRASÍLIA

O Ministério da Educação finalizou uma portaria para suspender o cronograma de implementação do novo ensino médio. O documento deve ser assinado pelo ministro Camilo Santana nos próximos dias e interrompe a implementação no primeiro e segundo ano da etapa ainda em 2023, além de suspender a necessidade de adaptação do Enem ao novo modelo até 2024, como antecipado ontem no site do GLOBO.

A portaria, que muda uma norma publicada em 2021, também suspende a necessidade de confecção de itens e a construção de um novo modelo para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 2024.

Desde março, pessoas e entidades ligadas à educação têm pressionado o governo pela revogação da reforma do ensino médio. Mas especialistas advertem que, embora o novo modelo tenha problemas, a revogação total seria um retrocesso em avanços já obtidos, como a expansão da educação integral e a diversificação do ensino. Os estados, principais responsáveis pela implementação, resistem em rever o novo modelo.

SEM MEDIDAS DRÁSTICAS

Segundo interlocutores do ministro, embora concorde com as críticas, Santana resiste à revogação total, por temer desgastes com os secretários estaduais de Educação. Em uma reunião ontem do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) no MEC, o secretário de Articulação Inter-setorial e com os Sistemas de Ensino da pasta, Mauricio Holanda, ao ser cobrado, chegou a negar que a pasta fosse assinar portaria revogando os prazos. Ao GLOBO, o presidente do Consed, Vitor de Angelo, afirmou que seria contraproducente. Segundo ele, na prática, os estados continuariam tocando o modelo ao menos até o fim do ano, ain-



CRISTIANO MARIZ

Tema para discussão.

Santana resiste em revogação total, para não criar atritos com secretários estaduais

AS DÚVIDAS SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO

Quais são as novas disciplinas ofertadas?

Cada rede de ensino (escolas privadas, estados e colégios federais) teve a liberdade de criar disciplinas. O problema é que, em alguns lugares, matérias tradicionais perderam espaço para disciplinas que geraram indignação em professores, pais e alunos, como "O que rola por aí", "RPG", "Brigadeiro caseiro", "Mundo Pets SA" e "Arte de morar".

É possível escolher as disciplinas?

A ideia era que os alunos pudes-

sem escolher os itinerários formativos. Ou seja, 40% do tempo do ensino médio. No entanto, na prática, nem todos os alunos têm essa possibilidade. Eventualmente, algumas redes não conseguem atender a demanda dos alunos para um itinerário e usam até de sorteio para decidir quem fica com a vaga. Quem não é escolhido tem outro itinerário imposto.

Os problemas são encontrados em todas as escolas?

Não. Isso significa que o novo modelo tem potencial, da forma como está hoje, para aumentar desigualdades em vez de conser-

ta-las. Escolas privadas ou unidades públicas com mais recursos conseguem cumprir o objetivo de ter um modelo que seja mais atrativo para os estudantes.

Estas questões são apenas de má implementação?

Mesmo especialistas que discordam sobre as soluções para o novo ensino médio convergem que o modelo tem falhas não apenas de implementação, mas também estruturais. Entre elas, estão a necessidade de retirar da reforma o teto de 1.800 horas para a formação geral básica e a possibilidade de 20% feito a distância.

da que a portaria suspendesse os prazos.

— Com erros e acertos, a reforma que existe foi a que nós conseguimos implementar. Sabemos que ela tem problemas. Só precisam ser ajustados e melhorados, e agora temos um

MEC em condição de nos apoiar nisso.

A reforma foi aprovada durante o governo Michel Temer, em 2017. O novo modelo prevê aumento gradual no número de horas cursadas no ensino médio, além de reorganizar o currí-

gens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e formação profissional. No entanto, como mostrou O GLOBO, alunos, pais e professores reclamam que disciplinas como História ou Sociologia perderam espaço, enquanto foram criadas outras questionadas pela sua pertinência ou sentido, como "O que rola por aí".

A possibilidade de suspensão do cronograma dividiu educadores. Representantes das escolas particulares consideram entrar na Justiça para evitar a medida. Presidente da Federação Nacional de Escolas Particulares (Fenep), Bruno Eizerik afirma que o governo priorizará critérios políticos e não pedagógicos, caso suspenda o cronograma.

— Não pode cada governo que entrar colocar tudo no lixo só porque determinado projeto não foi iniciado por ele. Não faz sentido suspender a implementação. Estamos no segundo ano de implementação. Vamos implementar, fazer o novo Enem,

analisar os resultados e depois comparar.

Contrária à revogação total, a presidente executiva do Todos Pela Educação, Priscila Cruz, afirma que a possível suspensão do calendário será positiva, caso o governo use esse tempo para promover um "freio de arrumação". Ela defende, no entanto, que o ensino médio deve preservar a essência da reforma.

— É uma oportunidade para que esse MEC faça uma verdadeira reforma do ensino médio. Para isso, alterações na legislação serão necessárias, como a retirada do teto de 1.800 horas de formação geral básica, melhor definição dos itinerários, para não haver as distorções que estamos observando em algumas escolas, e retirada da possibilidade de 20% de ensino a distância para o cumprimento da carga horária total. A essência do novo ensino médio, que é a ampliação da educação integral e possibilidade de aprofundamento do aprendizado em áreas, precisa ser defendida e preservada.

UBES COMEMORA

Integrante de uma das principais defensoras da revogação, a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, o professor da USP Daniel Carra diz que a suspensão seria um passo importante para rever o modelo.

— Como avisávamos desde 2016, a maior parte das escolas não poderá ofertar os itinerários formativos. Como consequência, não há direito de escolha por parte dos alunos. Quem decidirá qual curso ele fará é a escola e a Secretaria de Educação. A reforma precariza e desconsidera a formação docente, obrigando professores a lecionar em disciplinas que desconhecem.

A União Brasileira de Estudantes Secundaristas comemorou a possibilidade de suspensão do calendário.

— A mobilização dos estudantes está dando resultado. Mas vamos seguir puxando atos até a revogação — diz Jade Beatriz, presidente da entidade.

ARTIGOS

'Indefensável'

Escolas estaduais sem estrutura tentam dar sentido a novas disciplinas sem conteúdos

FERNANDO CÁSSIO

A reforma do ensino médio pulverizou currículos, jornadas escolares, rotinas de trabalho e procedimentos administrativos de registro escolar e de atribuição de aulas.

Em escolas estaduais sem infraestrutura, estudantes e professores tentam dar sentido a centenas de novas disciplinas sem conteúdos e com emen-

tas esdrúxulas. Apoiam-se mutuamente e fazem o possível para lidar, respectivamente, com a fadiga pela intensificação do trabalho docente.

Já deveria ser óbvio que, a despeito do adjetivo, o "novo" ensino médio é um retrocesso. É pior que o modelo anterior, como é possível constatar fazendo uma leitura honesta das

pesquisas e escutando quem vive nas escolas públicas.

A revogação é a única possibilidade para uma reforma educacional de vastas proporções que não prevê a construção de uma única sala de aula, a melhoria de salários, carreiras e condições de trabalho docentes, nem uma política que garanta o acesso dos estudantes mais pobres às festejadas escolas de tempo integral. É uma reforma indefensável, deliberadamente desenhada para aprofundar desigualdades educacionais.

Fernando Cássio é pesquisador da UFABC

'Essência deve ser efetivada'

Ajustes são necessários, mas é preciso manter expansão e diversificação

GABRIEL CORRÊA

É muito positivo que o ministro Camilo Santana tenha anunciado o adiamento das adequações do Enem ao novo ensino médio, que deveriam ocorrer já no próximo ano. Professores e estudantes vêm apontando a urgência de respostas para problemas que estão nas salas de aula hoje. O momento exige mesmo um

freio de arrumação.

Não podemos perder de vista que a essência do novo ensino médio deve ser defendida e efetivada: a expansão da educação integral e a diversificação de itinerários com objetivo de aprofundamento do aprendizado dos jovens. Para isso, é preciso corrigir algumas normativas importantes, como a

alteração do teto de horas na formação geral básica e a melhor definição dos itinerários. Além disso, para ser um verdadeiro novo ensino médio, é fundamental que o MEC assuma compromissos em relação a diversos outros pontos, como as melhorias substantivas na infraestrutura das escolas e maior apoio aos professores. Ver o Ministério da Educação reassumindo a coordenação nacional sobre o tema, após quatro anos de descaso no governo Bolsonaro, é um alento.

Gabriel Corrêa é diretor de Políticas Públicas do Todos Pela Educação